

TÍTULO: Consolidando o Projeto Aracati Digital 2020 - Fase II

1. RESUMO

O Aracati Digital 2020 – Fase II é a continuidade do projeto “Aracati Digital 2020” em execução no Grupo de Redes de Computadores e Sistemas Multimídia (grupo de pesquisa cadastrado no CNPq). Trata-se de um projeto de inclusão social de jovens em situação de risco, fazendo uso da tecnologia digital. Este projeto propõe a capacitação profissional do jovem em tecnologia da informação e comunicação (TIC) como fomentadora da geração de emprego e renda e de sua inserção na sociedade. A ideia geradora do projeto é de que o jovem é a melhor interface com outro jovem. Assim, o projeto consiste em utilizar a força de persuasão e o exemplo de jovens na situação social “privilegiada” de alunos do IFCE em Informática na formação e convencimento de outros jovens em situação social de “risco”. O argumento, inspirado na experiência vivenciada no Pirambu Digital, é de que a verdadeira inclusão de jovens no País só se fará mediante a apropriação pelo jovem do seu entorno social.

Palavras-chave: Inclusão social, jovem, informática, geração de renda.

2. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Toda sociedade para atingir seu desenvolvimento pleno precisa garantir a educação integral à sua população jovem, assegurando-lhe os meios que facilitem sua realização profissional pessoal. Ao mesmo tempo, esta sociedade precisa aprender a conviver com eventuais desvios de conduta dos jovens, criando condições tanto de prevenção quanto de tratamento adequado nas variadas formas como estes desvios de conduta se manifestam. Para tanto, faz-se necessária a adoção de políticas públicas sociais básicas de educação, saúde, segurança, lazer, dentre outras políticas voltadas para este importante segmento de uma sociedade.

A carência econômica e social, a discriminação, o preconceito e as diversas formas de violência encontram-se entre as principais causas da delinquência juvenil. Portanto, o acesso eficiente às estas políticas básicas constitui um princípio fundamental na prevenção de situações de risco entre os jovens.

Nesse sentido, o fortalecimento de políticas públicas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2007), favorece a reintegração dos jovens na sociedade e tentam minimizar os números da delinquência juvenil.

As medidas socioeducativas previstas no ECA objetivam a reintegração, de inclusão educativa e não punitivas. Contudo, faz-se necessário, cumprir, fiscalizar e aperfeiçoar as determinações legais de proteção do direito dos jovens cidadãos.

O art. 227 da Constituição Federal assegura que:

(...) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura,

à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Ainda não se alcançou de forma plena, em nossa sociedade, o exercício e o acesso aos direitos abordados na referida legislação, uma vez que inúmeros menores passam por situações que deixam marcas negativas em sua formação. No Brasil, essa população ainda vive em contato diário com o risco, com a violência, com o trabalho infantil, com o crime, com as drogas além de outros problemas que afligem o jovem numa sociedade de consumo de bens e serviços.

Este trabalho considera a qualificação profissional do jovem um mecanismo eficiente nas políticas pública para apoiar jovens em situação de risco, motivando-os para a sua realização plena no campo pessoal a tendo como substrato a sua realização profissional. Em 2004 havia cerca de 34 milhões de jovens no Brasil, sendo metade mulheres. O estudo do perfil da juventude brasileira, também realizado pelo INPAD (2011) mostra que dentre os temas mais preocupantes entre jovens entre 15 e 24 anos estão a violência e segurança, desemprego e drogas.

Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) é a área de profissionalização de jovens escolhida na proposta deste trabalho, dada sua efervescência mercadológica bem como sua transversalidade enquanto suporte às outras áreas. Percebe-se que, atualmente e com tendência aumentar, as TIC estão presentes em praticamente todas as áreas do setor produtivo.

Este projeto propõe a capacitação profissional do jovem em tecnologia da informação e comunicação (TIC) como fomentadora da geração de emprego e renda e de sua inserção na sociedade. A ideia geradora do projeto é de que o jovem é a melhor interface com outro jovem.

Assim, o projeto consiste em utilizar a força de persuasão e o exemplo de jovens na situação social “privilegiada” de alunos do IFCE em Informática na formação e convencimento de outros jovens em situação social de “risco”. O argumento, inspirado na experiência vivenciada no Pirambu Digital, é de que a verdadeira inclusão de jovens no País só se fará mediante a apropriação pelo jovem do seu entorno social.

Assim, este trabalho utiliza uma metodologia para a prevenção/(re)inserção social *latu sensu* do jovem em situação de risco tendo como substrato sua qualificação profissional em TIC, associado a um cenário laboral baseado em economia solidária.

Esta metodologia tem como ponte de partida os resultados positivos obtidos em várias experiências de formação profissional de jovens com TIC, com destaque para os projetos Pirambu Digital (OLIVEIRA, 2009), e-Jovem (OLIVEIRA 2010), Iteva (BENEDUCE, 2013), dentre outros.

3. OBJETIVOS

Geral:

Consolidar a construção do Projeto Aracati Digital 2020 (www.aracatidigital.com.br), iniciado em 2014. Este projeto é baseado na experiência do Projeto Pirambu Digital (www.pirambudigital.com.br), no município de Aracati, desenvolvendo uma metodologia de formação de jovens em situação de risco social, ajudando-os a gerar renda na área de informática.

Específico:

- Analisar o contexto social de jovens em situação de risco no município de Aracati.
- Elaborar estratégias de recrutamento destes jovens para participação do projeto Aracati Digital 2020 – Fase II
- Construir mecanismos de envolvimento de jovens estudantes do IFCE na problemática do projeto.
- Elaborar um programa de formação profissional destes jovens na área de Informática
- Estudar estruturas de economia solidária capazes de apoiar a geração de renda dos jovens envolvidos no projeto.
- Implantar um programa de formação

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (Fundamentação Teórica)

No Brasil percebe-se um grande descompasso entre a educação voltada para os jovens de baixa renda e a eficiência das políticas públicas educacionais postas em prática. A primeira não atende a demanda existente, direito assegurado pela própria Constituição Federal, enquanto a segunda, embora em um processo de ampliação, revela-se muito distante da necessidade requerida. Isso ocorre, principalmente, pela ausência de políticas públicas educacionais sólidas e de longo prazo. A falta de qualidade apresentada pela educação, às desigualdades socioeconômicas do país, elementos que causam o abandono dos estudos na educação básica. Apesar das recentes melhorias, a qualidade diferenciada do ensino nas escolas pública e privada de ensino médio/fundamental representa bem o “apartheid” da sociedade brasileira.

Para atender a essa demanda, é fundamental que além da oferta da educação básica, ocorra também oferta da formação profissional. O pano de fundo dessa oferta, se de um lado aponta para um projeto de sociedade igualitária e resgate de cidadania, pode também, contraditoriamente, ser interpretado como o “pagamento de dívida social” àqueles que hoje se encontram marginalizados. Isso atribui uma carga muito grande a essa política, da qual sozinha não pode dar conta, uma vez que o atendimento aos jovens demanda situações e ações mais complexas que exigem políticas públicas consistentes e estáveis (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

Este trabalho defende o apoio a políticas públicas que reconheça o direito de todos os cidadãos aos saberes, uma formação de educação básica integrada à formação profissional no sentido de legitimar a causa dos sujeitos que precisam se inserir no mundo do trabalho por meio da escolarização e gerar renda na busca de suas realizações.

A DROGA COMO CAUSADOR DA EXCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS

A iniciação de jovens ao uso de drogas tem acontecido cada vez mais cedo, o que causa especial preocupação já que alguns estudos apontam para o fato de a experimentação precoce estar relacionada à probabilidade de dependência. O abuso de drogas existe em todas as classes sociais e níveis culturais, no entanto jovens provenientes de classes de baixa renda são consideradas mais vulneráveis ao risco (BEZERRA, 2004, p. 52-54).

A exclusão social figura, portanto, como um fator importante no que diz respeito ao envolvimento de jovens com drogas. Desemprego, baixa autoestima ou falta de perspectivas são em geral apontados como justificativa tanto para o consumo ou para ingresso no tráfico. (DONEDA, 1999). Quando questionados sobre as piores coisas, a segurança e a violência tiveram o maior número de respostas entre os jovens. Viver “em risco” aparece em terceiro lugar, enquanto “drogas” aparecem em quarto, com 17% das respostas. Quando perguntados sobre as razões para se envolverem com drogas, a “percepção da vida como difícil” e o desejo de se sentirem “melhor” aparecem em destaque.

Percebe-se uma tendência a tratar o abuso de drogas como resultado de uma série de fatores psicológicos, biológicos, culturais e sociais. (BEZERRA, 2004, p. 19-20). Ou seja, os fatores de risco estão relacionados com as características do indivíduo, seu grupo e ambiente social. Estes fatores estão ainda relacionados com afastamento do convívio familiar, isolamento social, baixa autoestima e autocontrole, comportamento antissocial, hiperatividade e vulnerabilidade psicossocial (BENJAMIN, 2003, p. 53).

Bezerra (2004) destaca a importância da família em relação à dependência de drogas. A família tem um papel importante na criação de identidade da criança e na formação de seus hábitos, além de ser determinante no desenvolvimento social e emocional da criança. O autor alerta para as situações de risco mencionadas em relação a crianças que abusam de drogas, incluindo abandono e negligência da família.

O Ministério da Saúde aponta que as drogas mais comuns são: o álcool, a maconha e a cola de sapateiro (BENJAMIN, 2003, p. 52). Em um estudo publicado pelo OBID investigou o impacto das drogas em escolas, mostrando que solventes e maconha são as drogas mais comuns no ambiente escolar. As drogas são normalmente dadas pela primeira vez de graça e às vezes até a criança/adolescente ficar dependente. No entanto, o consumo e o tráfico de drogas estão muito mais presentes fora do que dentro da escola.

Sousa (2006, p. 47) entrevistou 230 jovens envolvidos no tráfico de drogas em diferentes favelas no Rio de Janeiro. O estudo mostrou que 89,57% dos entrevistados faziam uso de algum tipo de substância tóxica. De acordo com o estudo, o consumo normalmente se inicia entre 13 e 15 anos de idade (60,7%).

Alguns profissionais entrevistados confirmaram essa tendência, dizendo que nesta idade o adolescente está em uma fase de “experimentação”, colocando que o livre acesso às drogas nas favelas é relatado como facilitador na experimentação.

Dos jovens que se declararam “consumidores” no estudo feito pelo Observatório de Favelas, quase 27% começaram a usar drogas antes dos 12 anos. A entrada de jovens no tráfico de drogas e o consumo parecem estar diretamente ligados, interagindo e nutrindo um ao outro, criando uma espiral de dependências sociais, pessoais e orgânicas. Em comunidades de baixa renda em geral, o jovem está sem perspectiva, e os profissionais apontam para esse fato, ressaltando que: “Se os jovens acreditam que irão morrer cedo, a informação sobre drogas terá pouco efeito”.

Em 1993, a UNESCO investiu em projetos dedicados à “educação preventiva contra o abuso de drogas”. Um deles focava em informação, capacitação, e troca de conhecimentos, considerando a escola, a família e a comunidade como espaços privilegiados para ação preventiva (CANOLETTI, 2005, p. 116). Nos projetos envolvendo esportes, por exemplo, os jovens reconhecem que sua capacidade é diminuída quando usam drogas.

Considerando o risco e o tamanho do problema, existem poucas intervenções focadas especialmente em jovens (BEZERRA, 2004, p. 17-19), além de uma carência de material sobre abuso de drogas para crianças. Neste contexto, alguns profissionais acreditam que a disponibilização de materiais para crianças pode estimular a curiosidade, no entanto deve-se questionar e procurar identificar quais são as intervenções que melhor se adaptam a esse público, já que crescentemente crianças estão abusando de drogas mais cedo (BEZERRA, 2004, p. 19-20).

O abuso de drogas é sem dúvida um problema no Brasil e no mundo. É antes de tudo um problema de saúde pública conectado com várias formas de violência e crimes.

Em relação à prevenção, apesar de o tema ser alvo de preocupação constante na sociedade, ainda existem poucas medidas de amplo alcance em relação ao uso/abuso de drogas.

Em relação à repressão, as questões são muitas, tanto relacionadas com o grau e as formas que estas devam ser implementada, quanto em relação à efetividade no combate ao uso, ou abuso de drogas ilícitas visando à diminuição do problema.

A PROFISSIONALIZAÇÃO COMO MECANISMO ATENUADOR DA EXCLUSÃO SOCIAL

Estima-se que 50% da população brasileira são jovens. A realidade humana da muitos destes jovens é bastante complexa, convivendo em ambientes de altos índices de violência e de criminalidade, tendo como causas a baixa qualidade educacional, a desqualificação profissional, o desemprego e a falta de perspectiva.

Historicamente, no Brasil, as políticas educacionais não favoreceram a formação dos jovens oriundos das classes mais baixas da sociedade, que buscam na escola pública um percurso educacional e de formação integral para a cidadania, o mundo da vida e do trabalho, na qual a educação básica e a profissionalização estariam presentes. Ao contrário, a história de nossa formação social traz consigo as mazelas de uma sociedade que, ao longo dos anos, produziu e amplificou no Brasil a desigualdade e a exclusão social, resultando em milhares de brasileiros em situação de grave pobreza e miséria.

Esse processo histórico de produção da exclusão e desigualdade sociais reflete-se no sistema educacional, que nega o direito à escolarização e profissionalização em uma escola pública de qualidade.

A década de 1990 trouxe consigo o acirramento desta concepção e retrocessos. Verificou-se no ensejo das políticas públicas o desmonte e desqualificação da oferta pública, no âmbito das redes públicas estaduais, municipais e federal, e a consequente expansão da oferta privada da educação básica e do ensino técnico, e o financiamento, em geral destinado ao setor privado, de programas denominados de formação profissional básica. A possibilidade de uma mudança de construção de políticas públicas que trazem a concepção de processos educacionais e formativos em que a articulação trabalho, cultura, ciência e tecnologia (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005) constituem os fundamentos sobre os quais os conhecimentos escolares devem ser assegurados na perspectiva de sua universalização com qualidade.

Kuenzer (2006) analisa esta questão com profundidade e, a partir de resultados de pesquisas em diversas cadeias produtivas e da análise dos documentos de políticas públicas, investiga a concepção destes programas e apresenta sua hipótese explicativa do duplo movimento combinado de exclusão incluyente no mercado de trabalho e de inclusão excluyente na política educacional (KUENZER, 2006).

Mister se faz, construir políticas efetivas de elevação de escolaridade e de profissionalização destinadas a jovens que caminham na direção da escolarização plena e de qualidade. Neste contexto, o Governo Federal anuncia a decisão em atender à demanda de jovens pela oferta de Educação Profissional técnica de nível médio, que contemple a elevação da escolaridade com a profissionalização para um grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade.

Estes programas têm duas ênfases de formação para o trabalho: a da integração da educação profissional no ensino fundamental, com a característica de formação inicial e continuada, e no ensino médio como formação profissional técnica integrada. Trata-se de uma proposta de política positiva por pretender permitir ao jovem visualizar sua formação escolar na perspectiva da terminalidade de sua formação de educação básica com formação profissional integrada à sua formação geral.

Essa política tem importância fundamental, pois amplia as condições de inserção produtiva no mundo do trabalho, além da continuidade dos estudos de nível superior permanecer como possibilidade. É, sem dúvida, um ganho político de grande importância histórica, pois reflete o reconhecimento e a valorização social dessa modalidade da educação básica na perspectiva da aprendizagem como possibilidade ao longo da vida.

Este modelo de política pública tornou-se um instrumento de resgate da cidadania mediante a reinserção no sistema escolar brasileiro de jovens, possibilitando o acesso à educação básica e a formação profissional integrada (MEC/SETEC, 2005). Na mesma perspectiva, apresentam-se os desafios de definir com rigor o público alvo e suas necessidades concretas, bem como garantir plenamente as condições necessárias para que esta política ganhe materialidade efetiva e de qualidade.

Este processo demanda a realização de um esforço de construção de uma política aliada ao desenvolvimento de pesquisas, buscando-se a produção e sistematização de conhecimentos e o desenvolvimento e consolidação de novas práticas que possam, efetivamente, torná-la uma realidade concreta na política educacional brasileira.

Portanto, nossa discussão trata do esforço de investigação das condições concretas enfrentadas por sujeitos concretos que demandam políticas educacionais para a educação básica e profissional orientadas à garantia dos seus direitos de jovens, excluídos por inúmeras razões do processo educacional escolar. É necessário destacar que a diretriz que nos orienta nessa discussão é a busca de identificação dos limites e das possibilidades para a construção desta política, de modo que ela caminhe em direção contrária ao que foi durante muito tempo a política pública para jovens no Brasil, uma política de caráter compensatório e sem preocupação em oportunizar políticas permanentes.

A EFICIÊNCIA DAS TIC NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO JOVEM EM ÁREA DE RISCO

O uso de tecnologias pode aprimorar os resultados educacionais e promover a inclusão social. Há muito, as tecnologias de comunicação e informação (TIC) foram promovidas como meios particularmente apropriados para que os cidadãos desempenhem papéis ativos na melhoria das perspectivas educacionais. Fundamentalmente, oferecem caminhos nos quais indivíduos “previamente marginalizados possam participar melhor” da sociedade (Clark, 2003, p. 98). Afinal, formas de educação “intrinsecamente equitativas, descentralizadas e democráticas” (Graham, 2002, p. 35) foram previstas por muitos analistas, com indivíduos (especialmente jovens) tecnologicamente reposicionados em seu centro e não mais em sua periferia.

Assim, instituições educacionais como as escolas, as faculdades, as bibliotecas e os museus podem também aprimorar os resultados educacionais e promover a inclusão social, ao propiciarem um acesso às TIC, uma vez que se considera que a formação em competências e perícias tecnológicas fornece aos indivíduos as capacidades informacionais necessárias para tirar o melhor proveito das TIC.

À medida que a difusão de novas TIC penetra cada vez mais em setores da economia, apresentam-se oportunidades para que os grupos marginalizados insiram-se nesses novos processos produtivos. Essas oportunidades são particularmente atraentes para os grupos de jovens marginalizados, já que a área de TIC possui uma hierarquia profissional própria em muitas das organizações, permitindo assim maior oportunidade de ascensão no trabalho. Entretanto, essa mesma expansão de TIC pode aumentar as desigualdades sociais e econômicas ao prover acesso restrito aos grupos marginalizados em comparação às possibilidades maiores dos setores de maior renda.

Esses grupos populacionais enfrentam obstáculos tais como a falta de educação de qualidade, falta de habilidades atualmente demandadas em TIC, de capital social necessário para identificar postos de trabalho mais atraentes para sua evolução profissional e de redes de apoio para obter emprego e renda. E, nesse sentido, a capacitação no uso de TIC oferece oportunidades para a inserção de grupos que atualmente se encontram excluídos, social e economicamente, da nova economia baseada no conhecimento.

Neste contexto de oportunidades disponibilizadas pelas TIC, vale ressaltar que existe hoje um mercado mundial *offshore* de desenvolvimento de software que movimenta US\$ 60 bilhões/ano, dominado pela Índia com 46%, no qual o Brasil ocupava a 15ª posição em 2007. Em 2015, a China liderará esse mercado, à frente da Índia, dos EUA e do Brasil. O Porto Digital em Pernambuco (www.portodigital.org.br) é um dos candidatos a participar deste mercado offshore.

A Coreia do Sul, por exemplo, cujo PIB per capita cresceu 680% entre 1962 e 1999 (INDEX MUNDI, 2009), é um desses cenários que merece atenção quando se fala na eficiência das TIC na economia. Investimentos em educação e uso intensivo de TIC foram a base do salto coreano.

PROJETOS PIRAMBU DIGITAL E E-JOVEM

O Pirambu Digital é um projeto socioeducacional e cultural comunitário, baseado em princípios da economia solidária (OLIVEIRA, 2008). Trata-se de um projeto de “inclusão social com tecnológica digital” realizado no Pirambu, bairro de Fortaleza, com 365 mil habitantes, com uma alta concentração urbana, baixa escolaridade e, conseqüentemente, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (OLIVEIRA, 2010, p. 54).

Jovens que, até então, mal conheciam um computador, estão, agora, tendo a chance de se tornar técnicos em informática. Ao final de dois anos, prestes a concluírem o curso, os jovens constituíram em seu bairro unidades produtivas em TIC, capazes de gerarem renda e de promoverem projetos sociais, como retribuição ao bairro do benefício que haviam recebido da sociedade. Desde então, os jovens participantes do projeto conduzem o próprio negócio de forma autossustentável, aumentam laços afetivos com o bairro, auxiliam no desenvolvimento do seu entorno social.

O modelo do projeto Pirambu Digital serviu de inspiração para o e-Jovem, uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior.

O projeto e-Jovem, iniciado em 2007, tem por objetivo oferecer aos jovens egressos e concluintes do Ensino Médio Regular das Escolas Públicas do Estado do Ceará uma formação profissional em TIC, com foco no protagonismo juvenil (OLIVEIRA, 2010, p. 61).

Além da formação profissional presencial, o e-Jovem oferece formação complementar fazendo uso da tecnologia de Educação a Distância. A principal estratégia do projeto é articular a formação de nível médio com o ensino profissional e o mundo do trabalho, mediante a capacitação de jovens em TIC, empreendedorismo e cooperativismo, possibilitando inserção no mercado de trabalho e geração de emprego e renda nas áreas mais pobres do Estado do Ceará. Os jovens foram estimulados a integrar projetos de inserção social na própria comunidade, na perspectiva de “formar capital humano, potencializando os arranjos produtivos locais e possibilitando a sua inclusão no mercado de trabalho, de forma pró-ativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado” (OLIVEIRA, 2010, p. 62).

Na busca de motivar a juventude a dar continuidade ao seu processo de formação elevando o seu desenvolvimento cultural, o projeto tem o jovem como o seu principal protagonista nas mais variadas instâncias.

O e-Jovem dispõe de um portal construído e acompanhado por uma comissão de ética, com espaço para debate, leitura e compartilhamento de informações, um ambiente virtual de aprendizagem, onde os participantes terão acesso a módulos de aprendizagem a distância (EAD), intercomunicação, oferta de oportunidades, orientação vocacional, rádio on-line e comunidades de interesses. (OLIVEIRA, 2010, p. 62). Com foco no protagonismo juvenil, o e-Jovem utiliza uma estratégia de resgate da autoestima e confiança, através de atividades de formação e capacitação.

5. MATERIAL E MÉTODOS (Metodologia)

A seguir são descritas as etapas em que foram divididas a metodologia a ser adotada para a implementação do projeto Aracati Digital, bem como os objetivos específicos associados:

ETAPA 01: Exploratória do Contexto a ser trabalhado

- Estudar o processo de desenvolvimento e de implantação do Projeto Pirambu Digital, seus resultados e ameaças.
- Analisar o contexto social de jovens em situação de risco no município de Aracati.

Participantes: Pesquisador e bolsistas.

Procedimentos:

- Estudo bibliográfico do projeto Pirambu Digital, projeto e-jovem e do ITEVA
- Pesquisa de campo sobre jovens em situação de risco no município de Aracati, com professores e alunos envolvidos com os projetos acima.
- Pesquisa de campo sobre jovens em situação de risco no município de Aracati, com entidades envolvidas com jovens em estado de risco.
- Enquete escrita com alunos do IFCE sobre jovens em situação de risco.

Tabulação e análise de dados:

- Tabulação de dados com software específico
- Análise de dados pelos participantes da ETAPA (Pesquisador, bolsista), com o auxílio de profissionais sobre jovens em situação de risco.

ETAPA 02: Analítica e de Estratégica

- Elaborar estratégias de recrutamento destes jovens para participação do projeto Aracati Digital
- Construir mecanismos de envolvimentos de jovens estudantes do IFCE na problemática do projeto.

Participantes: Pesquisador, bolsistas e professores colaboradores

Procedimentos:

- “Brainstorm” em reunião específica com representante de associações e entidade que lidam com jovens e pais de jovens em situação de risco.
- Reunião com participantes do projeto Pirambu Digital, projeto e-jovem e com entidades envolvidas com jovens em estado de risco para elaboração de estratégia de recrutamento de jovens em situação de risco.
- Recrutamento de jovens em situação de risco, à luz da estratégia elaborada, para participarem do programa de formação a ser elaborado.

Tabulação e análise de dados:

- Tabulação de dados com software específico
- Análise de dados pelos participantes da ETAPA (Pesquisador, bolsistas e professores colaboradores), com o auxílio de profissionais sobre jovens em situação de risco.

ETAPA 03: Planejamento e Execução

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Elaborar um programa de formação profissional destes jovens na área de Informática• Estudar estruturas de economia solidária capazes de apoiar a geração de renda dos jovens envolvidos no projeto.• Implantar um programa de formação |
|--|

Participantes: Pesquisador, bolsistas, professores e servidores colaboradores, estudantes voluntários e jovens recrutados.

Procedimentos:

- Estudo bibliográfico do tema economia solidária e empreendedorismo.
- Reunião com professores, servidores e estudantes voluntários para elaboração de um programa de formação.
- Reunião de implantação do programa de formação com jovens estudantes voluntários e jovens recrutados.
- Elaboração do programa de educação profissional.
- Execução do programa de formação profissional.

Tabulação e análise de dados:

- Tabulação de dados com software específico
- Análise de dados pelo pesquisador, bolsistas, professores e servidores colaboradores, estudantes voluntários, com o auxílio de profissionais sobre jovens em situação de risco.

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES do(s) Bolsista(s) (um cronograma para cada bolsista, no caso de solicitação de **até duas bolsas**).

		(Bolsista 01)							
ATIVIDADE		bimestre							
		1°	2°	3°	4°	5°	6°		
Estudo o processo do Projeto Pirambu Digital		X	X						
Análise do contexto social de jovens em situação de risco no município		X	X						
Elaboração de estratégias de recrutamento destes jovens			X	X					
Mecanismos de envolvimento de jovens estudantes do IFCE na problemática do projeto.			X	X	X	X	X		
Elaboração de um programa de formação profissional destes jovens				X					
Implantação do programa de formação profissional de jovens					X	X	X		
		(Bolsista 02)							
ATIVIDADE		bimestres							
		1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
Estudo o processo do Projeto Pirambu Digital		X	X						
Análise do contexto social de jovens em situação de risco no município		X	X						
Elaboração de estratégias de recrutamento destes jovens			X	X					
Mecanismos de envolvimento de jovens estudantes do IFCE na problemática do projeto.			X	X	X	X	X		
Elaboração de um programa de formação profissional destes jovens				X					
Implantação do programa de formação profissional de jovens					X	X	X		

REFERÊNCIAS

1. BENEDUCE, F. Instituto Tecnológico e Vocacional Avançado - Iteva. Disponível em <http://www.iteva.org.br/>. Acesso em: 16/04/2013.
2. BENJAMIN, M. Relatório Preliminar da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude, 2003.
3. BEZERRA, V.; CRISTIANE, K. A experiência da criança com a droga: Características do uso e circunstâncias familiares. Disponível em <http://bdtd.bczm.ufrn.br/tesesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=82>. Acesso em: 16/04/2013, 2004.
4. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Fortaleza: INESP, 2007.
5. BRASIL. MEC – Ministério da Educação. Programa de integração da educação profissional técnica de nível médio ao Ensino Médio na modalidade de educação de jovens e adultos. Documento Base. Brasília, SETEC, 2005.
6. CLARK, L. S. Challenges of social good in the world of Grand Theft Auto and Barbie. *New Media & Society*, v. 5, n. 1, p. 95-116, 2003.
7. DONEDA, L. F.; SERAFIN D. O uso indevido de drogas e a AIDS, *Cadernos juventude saúde e desenvolvimento*, v.1. Brasília, 1999.
8. FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo, Cortez, 2005.
9. GRAHAM, S. B. Ridging urban digital divides? *Urban Studies*, v. 39, n. 1, p. 33-56, 2002.
10. INPAD. Perfil dos usuários de cocaína e crack no Brasil. Disponível em <<http://inpad.org.br/publicacoes/>> Acesso em 18/04/2013. 2011.
11. KUENZER, A. Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão, *Revista Educação e Sociedade*, n. 96 (outubro/2006), CEDES, Campinas, 2006.
12. OLIVEIRA, A. M. O Pirambu de Singer, *Jornal O POVO*, Disponível em: <http://www.maurooliveira.com.br/Novidades/Sec_21/2008/_O_Pirambu_de_Paul_Singer.pdf>. Acesso em: 18/04/2013. Fortaleza, 2008.
13. OLIVEIRA, A. M. Pirambu Digital: Usando Tecnologia da Informação na inclusão socioeconômica de jovens em uma comunidade carente com baixo IDH. Disponível em: <<http://amaurooliveira.files.wordpress.com/2011/06/2009-projeto-pirambu-digital-bis2.pdf>>. Acesso em 18/04/2013. Fortaleza, 2009.
14. OLIVEIRA, A. M. Um Modelo de Inclusão Social com Tecnologia da Informação. *Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho*, v.7, n.1, Fortaleza, 2010.
15. OLIVEIRA, A.M.B; TONIETO M.T; JOVINIANO F.; MOURA C.O. Pirambu Digital, a Social Inclusion Project using Information Technology. IFIP_IX World Conf Comp Education. Porto Alegre, 2009.